



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ahmed Mohamad Oliveira, ex-ministro do Trabalho e Previdência, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do ex-ministro Ahmed Mohamad Oliveira é imprescindível para o avanço das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura a infiltração do crime organizado em órgãos públicos e a sua relação com fraudes bilionárias contra o Estado brasileiro. O depoimento do Sr. Oliveira é crucial para que esta CPI possa aprofundar as investigações sobre o crime organizado e a sua infiltração nas instituições brasileiras (como INSS).

A REAG Investimentos, parceira constante do Banco Master em operações de fundos, foi alvo da Operação Carbono Oculto, que investiga a lavagem de dinheiro para o PCC. Há uma linha investigativa que apura se a REAG servia como um duto para integrar o dinheiro das fraudes do INSS e do crime organizado (PCC) ao sistema financeiro formal, utilizando a estrutura do Banco Master para dar aparência de legalidade às transações. Essa conexão entre REAG, Banco Master e Crime Organizado (PCC) se adequa ao disposto no plano de



trabalho desta CPI, devendo-se apurar, ainda, o beneficiamento do Banco Master e, conseqüentemente, do PCC no esquema de fraudes do INSS.

Não se trata aqui de discutir matéria afeta à CPMI do INSS, já em andamento, mas sim de aprofundar as investigações a respeito da infiltração do crime organizado nas instituições públicas, o que passa pela apuração da utilização do Banco Master para lavagem de capitais do PCC por meio, inclusive, dos descontos fraudulentos relacionados ao INSS.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento, uma vez que a referida oitiva é crucial para desvendar a infiltração do crime organizado nas instituições públicas brasileiras.

Sala da Comissão, 3 de março de 2026.

Senador Humberto Costa

